

O tempo integral na política estadual de Educação do Ceará

José Eduardo Nobre Maiaⁱ 

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil

Jean Mac Cole Tavares Santosⁱⁱ 

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil

Eveline Nogueira Pinheiro de Oliveiraⁱⁱⁱ 

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

1

Resumo

A associação entre educação e organização temporal é tema que há tempos traz importantes discussões. Na rede estadual de ensino do Ceará, há uma trajetória recente da oferta de ensino médio em tempo integral. A Secretaria de Educação (SEDUC) tem lançado mão de vários esforços, cujo objetivo seria a melhoria da qualidade da educação e do ensino com a construção do tempo integral no ensino médio. O objetivo é ampliar as oportunidades educacionais, diversificando a oferta. Nesse sentido, a Lei nº16.287 Institui a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Ceará. A proposta seria a estruturação de uma escola de ensino médio que contemple a todos os jovens e seus diferentes projetos de vida. Nessa direção, cada escola constrói seu próprio projeto de tempo integral, a partir de um amplo debate com a comunidade escolar, e de modo especial, com os estudantes.

Palavras-chave: Educação. Escola de tempo Integral. Ensino Médio.

Full-time in Ceará's state education policy

Abstract

The association between education and temporal organization is a topic that has long been the subject of important discussions. In the state school system in Ceará, there is a recent trajectory of full-time secondary education. The Secretariat of Education (SEDUC) has made use of several efforts, whose objective would be to improve the quality of education and teaching with the construction of full time in high school. The objective is to expand educational opportunities, diversifying the offer. In this sense, Law No. 16,287 institutes the full-time high school policy within the scope of the Ceará State Education Network. The proposal would be the structuring of a high school that contemplates all young people and their different life projects. In this direction, each school builds its own full-time project, based on a broad debate with the school community, and in a special way, with students.

Keywords: Education. Full time school. High school.

1 Introdução

2

A associação entre educação e organização temporal é tema que há tempos traz importantes discussões. No mundo inteiro foram criadas diferentes práticas, em geral, baseadas na ampliação do tempo do aluno dentro da escola. No Brasil, o modelo de tempo integral tem sido assunto recorrente nas discussões da esfera de ensino público, em especial na Educação Básica. Assim, a construção de escolas de tempo integral têm sido caminho mais acessado na busca da garantia da educação integral.

Na rede estadual de ensino do Ceará, há uma trajetória recente da oferta de ensino médio em tempo integral. “A primeira experiência foi em 2006, no Colégio Estadual Justiniano de Serpa, na cidade de Fortaleza. A partir de 2008, foi iniciada em 25 escolas estaduais a oferta de ensino médio integrado à educação profissional e em tempo integral” (SEDUC, 2017, p. 10). A Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) tem lançado mão de vários esforços, objetivando a melhoria da educação e do ensino na rede com o:

[...] desenvolvimento do jovem em todas as suas dimensões. Desta maneira, a organização da escola em tempo integral é uma estratégia defendida por todos que querem que a educação formal desenvolvida em estabelecimentos públicos consiga proporcionar aos filhos de trabalhadores uma formação integral e que respeite seus potenciais, direitos de aprendizagem e desenvolvimento. (SEDUC, 2018).

O objetivo é ampliar as oportunidades educacionais, diversificando a oferta, em especial, do ensino médio. Ainda de acordo com a Secretaria:

A organização da escola em tempo integral é uma estratégia defendida por todos que querem que a educação formal desenvolvida em estabelecimentos públicos consiga proporcionar aos filhos de trabalhadores uma formação integral e que respeite seus potenciais, direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Nesse sentido, deve ser uma política fundamentada na concepção de uma educação que desenvolva na sua integralidade as dimensões física, afetiva, cognitiva, intelectual e ética do ser humano, por meio da ampliação do tempo, espaço e currículo. (SEDUC, 2016, p.2).

Em 2016, em continuidade às estratégias de ampliação da jornada escolar,



foram integradas 26 escolas de ensino médio regular, diferente da concepção de educação profissional, passando esse número a alcançar mais 45 escolas em 2017. A experiência da SEDUC com as escolas de educação profissional gerou importantes lições no processo de concepção das escolas em tempo integral. Alguns critérios foram elencados para a definição das escolas que iriam iniciar na política do tempo integral no Estado no ano de 2016: 50 % ou mais dos alunos recebendo Bolsa Família; menos de 60% de ocupação das vagas; municípios com, pelo menos, duas escolas estaduais; 1 escola por região; condições de infraestrutura para iniciar já em 2016; e baixo índice de aprovação.

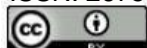
A partir do ano de 2017, outras premissas foram elencadas para a escolha das escolas elegíveis à conversão do tempo integral: municípios mais populosos e com jovens em situação de vulnerabilidade social; escolas potenciais; conversão ano a ano; professores; salas disponíveis; modelos de simulação; priorização; distância de migração; e investimento na conversão. Essas informações referentes aos critérios e premissas se encontram muito bem detalhadas no site da Secretaria de Educação do Ceará (2018).

O Plano de Universalização da Escola em Tempo Integral do Ceará está alicerçado em premissas de conversão que tem como objetivo considerar todas as escolas de Ensino Médio Regular da rede e, a partir das mesmas, definir a lista de escolas elegíveis para conversão até 2024, visando atender à Lei Nº 16.287, de 20 de julho de 2017, a meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) e a meta 6 do Plano Estadual de Educação (PEE). (SEDUC, 2018).

Nesse sentido, a Lei nº16.287 Institui a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Ceará, com 45 horas semanais.

§ 1º A Política a que se refere o caput também terá por finalidade:

- I – ampliar as oportunidades para formação integral dos jovens cearenses de modo a respeitar seus projetos de vida;
- II – aperfeiçoar o serviço educacional oferecido nas escolas estaduais com vistas a corresponder às expectativas da sociedade cearense;
- III – cumprir as metas dos Planos Nacional e Estadual de Educação relacionadas ao Ensino Médio;
- IV – melhorar os indicadores que medem a qualidade educacional das escolas públicas estaduais de Ensino Médio;
- V – promover campanhas e ações no âmbito escolar sobre a relevância dos



valores morais e éticos para a boa convivência entre os discentes, com ênfase ao combate e prevenção à violência dentro das escolas da Rede Pública de Ensino Médio Integral;

VI – monitorar o cumprimento de suas metas com avaliações periódicas de acordo com Plano Nacional e Estadual de Educação, preferência semestral, para corrigir em tempo hábil as irregularidades e manter o desempenho almejado;

VII – promover a educação para a paz e a convivência com as diferenças;

VIII – garantir o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento de autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IX – assegurar a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

X – ensejar a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (CEARÁ, 2017).

A Tabela 1 traz as matrículas em tempo integral do Ceará no decorrer dos anos.

Tabela 1: Número de matrículas em tempo integral no Ceará

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ESCOLAR – SIGE	
ATENDIMENTO	MATRÍCULA TEMPO INTEGRAL
2016	5.157
2017	11.447
2018	26.224

Fonte: SEDUC (2018)

As conversões acontecem de forma gradativa: no primeiro ano as escolas convertem apenas as primeiras séries e, paulatinamente, convertem as três séries do ensino médio.

Disso resulta que temos 26 escolas com as três séries em tempo integral, 45 com primeiras e segundas séries em tempo integral e, as mais recentes, 40 escolas com as primeiras séries em tempo integral em 2018. Estas últimas estarão com as três séries em tempo integral no ano de 2020. (SEDUC, 2018).

O objetivo é que a conversão aconteça de modo que as escolas garantam que todas as turmas migrem os alunos sem nenhum transtorno ou prejuízo para os estudantes, ofertando vagas em quantidade suficiente para dar conta de seus interesses.

2 A organização das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTIs)

Além das premissas e critérios de eleição para conversão, há algumas dimensões fundantes para a prática pedagógica: a escola deve ser concebida como uma Comunidade de Aprendizagem, sendo a Aprendizagem Cooperativa o método pedagógico que estrutura o funcionamento de ensino. A seguir se apresentam as dimensões sob as quais devem se pautar o funcionamento das EEMTI's.

5

- Diversificação dos itinerários formativos dos estudantes a partir da oferta de componentes ou tempos eletivos que possam proporcionar a imersão nos espaços históricos, recreativos, econômicos e culturais da comunidade;
- Estabelecer núcleos de interesse, onde os alunos, independente da série e turma na qual estejam matriculados, possam se reunir para estudar assuntos de seus interesses imediatos, sejam vinculados à base comum, a conteúdos relacionados à história, geografia, economia, relações de trabalho, meio ambiente ou cultura da comunidade, dentre outras áreas;
- Criar grupos de estudos cooperativos para aprofundamento do conhecimento cognitivo e para leitura e discussão de obras da literatura brasileira e mundial;
- Desenvolver atividades em clubes estudantis;
- Permitir ao aluno trilhar um itinerário mais fortemente vinculado à formação profissional;
- Fortalecimento do vínculo de cada estudante com a escola (sentimento de pertença) na perspectiva da realização do projeto de vida tendo a escola como meio para o alcance dos seus sonhos;
- Integração da Família, Comunidade e Escola por meio da participação efetiva da família e comunidade nas atividades escolares e da escola nas atividades da comunidade;
- Fortalecimento das relações interpessoais aluno/aluno, aluno/professor, professor/professor, apoiados pela liderança da equipe gestora da escola; ★ Priorização do trabalho pedagógico inter e transdisciplinar, na perspectiva da articulação das disciplinas curriculares com diferentes campos de conhecimento e práticas socioculturais;
- Ampliação das possibilidades de vivência da pesquisa como princípio pedagógico e do trabalho como princípio educativo;
- Constituição de territórios e itinerários educativos para o desenvolvimento de atividades de educação integral, por meio da integração dos espaços escolares com espaços públicos como centros comunitários, bibliotecas públicas, praças, parques, museus e cinemas;
- Incentivo à criação de espaços educativos sustentáveis, incluindo a readequação dos prédios escolares com foco na acessibilidade, na gestão, na formação de professores e na inserção das temáticas de sustentabilidade ambiental nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos;
- Afirmação da cultura dos direitos humanos, estruturada na diversidade, na promoção da equidade étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e de nacionalidade, por meio da inserção da temática dos direitos humanos na formação de professores, nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos. (SEDUC, 2016, p. 6).

Outra característica interessante, que norteia a base curricular, é o Protagonismo Estudantil, princípio norteador de qualquer proposta de funcionamento das escolas.

Cada aluno tem cinco tempos eletivos por semana que visam diversificar o currículo e oportunizar a construção do itinerário formativo de acordo com seus interesses e projeto de vida no decorrer do ensino médio, sendo ofertadas 45 horas/aulas semanais e nove tempos diários com disciplinas da base comum, diversificada e opcional. (SEDUC, 2018).

6

Ademais, a desmassificação do ensino e a formação de itinerários diversificados também fazem parte das dimensões pedagógicas.

Quadro 1: Organização curricular da EEMTI

Área	Componente Curricular	Carga Horária Semanal (Intervalo)	
LINGUAGENS	Língua Portuguesa	06	
	Arte	01	02
	Educação Física	01	02
	Língua Estrangeira (Obrigatória)	01	02
MATEMÁTICA	Matemática	06	
CIÊNCIAS DA NATUREZA	Biologia	02	03
	Química	02	03
	Física	02	03
HUMANAS	História	02	03
	Geografia	02	03
	Sociologia	01	02
	Filosofia	01	02
Total Base Comum		30	
Formação Cidadã		01	
Núcleo Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais		04	
Tempo Eletivo 1		02	
Tempo Eletivo 2		02	
Tempo Eletivo 3		02	
Tempo Eletivo 4		02	
Tempo Eletivo 5		02	
Total Parte Flexível		15	

Fonte: SEDUC (2017).

A parte diversificada deverá totalizar 15 horas/aula, das quais 4 horas devem ser destinadas ao Núcleo Trabalho Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS), 1 hora ao Projeto Professor Diretor de Turma e 10 horas destinadas à parte flexível das eletivas, no sentido

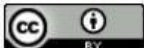


de atender aos interesses e demandas do aluno. A título de conhecimento, o NTPPS foca no desenvolvimento de competências pessoais, sociais, produtivas e cognitivas, para ampliar o protagonismo estudantil e a autonomia, trabalhando, dentre temas transversais, alguns eixos principais: projeto de vida, mundo do trabalho, iniciação à pesquisa, artes e cultura, esporte, lazer e promoção da saúde, educação em direitos humanos, educação ambiental sustentável, comunicação, uso de mídias, cultura digital tecnológica, dentre outros. O NTPPS objetiva:

- Alunos mais motivados e comprometidos com o processo de ensino e aprendizagem;
- Maior comunicação entre as diferentes áreas e disciplinas que compartilham orientação e desenvolvimentos de pesquisas;
- Ampliação do diálogo entre os diversos sujeitos da escola;
- Envolvimento dos professores com as pesquisas e com o processo de aprendizagem dos alunos;
- Maior domínio da metodologia científica de pesquisa;
- Alunos com autoestima e autoconfiança fortalecidas;
- Projetos de vida esboçados e elaborados ao final de três anos;
- Integração da dimensão do trabalho às participativa em um processo de ação-reflexão-ação sobre a prática docente, impactando o olhar sobre a juventude e suas potencialidades; práticas educativas;
- Formação de professores na metodologia
- Acompanhamento sistemático do Programa. (SEDUC, 2016, p. 13).

Já o Projeto Professor Diretor de Turma é um projeto em que um professor assume o compromisso de se responsabilizar pelos alunos de uma única turma, e são denominados Diretores de Turma. “A articulação que o professor diretor de turma desenvolve, permite-lhe chegar a um conhecimento pormenorizado de cada um dos alunos, fornecendo os elementos de que precisa para melhor orientá-lo em suas necessidades específicas” (SEDUC, 2017, p. 15).

O Projeto Professor Diretor de Turma teve sua origem, aqui no Brasil, por ocasião do XVIII Encontro da ANPAE – Seção do Ceará, no ano de 2007, quando foi apresentada a experiência das escolas públicas portuguesas. Baseados nessa apresentação, gestores educacionais dos municípios de Eusébio, Madalena e Canindé iniciaram um projeto piloto em três escolas. No início de 2008, através da ANPAE – Seção Ceará, o projeto foi apresentado à Secretaria da Educação do Estado. Convencida da importância deste, a SEDUC iniciou sua implantação no 2º semestre de 2008, por meio de uma experiência



piloto, nas 25 escolas estaduais de educação profissional que possuem uma Proposta de organização curricular em escolas de Tempo Integral jornada escolar de tempo integral. Em 2009, continuou somente nas escolas profissionais que se ampliam nesse ano para 51 unidades.

Considerando o acúmulo de conhecimento e a vivência oportunizada pela experiência piloto, em janeiro de 2010, a SEDUC promoveu a expansão do projeto. Nessa perspectiva, por processo de adesão, é garantida a oportunidade de implantação em todas as escolas de ensino regular da rede estadual, nas turmas de 1º ano do ensino médio e no 9º do ensino fundamental nas escolas que não ofertassem ensino médio, totalizando 444 escolas, 2.988 turmas e 2.118 professores diretores de turma. Em 2011, a expansão acontece para as demais séries do ensino médio. (SEDUC, 2016, p. 15-16).

A atividades eletivas possibilitam aos alunos a construção de seu percurso de formação escolar, diversificando seus currículos, dentro de diferentes projetos de vida. Nessa direção, também há a formação de clubes estudantis, propostos por alunos e apreciados pela equipe gestora, sendo importante que cada clube seja construído a partir do diálogo entre alunos com interesses comuns. “Os clubes podem ter como temáticas: estudo em células de aprendizagem cooperativa, leitura de clássicos da literatura, comunicação social, teatro, cinema, dança, robótica, patrimônio cultural material e imaterial, pesquisa científica, entre outros temas” (SEDUC, 2017, p. 16).

A exploração espaço-temporal escolar nessa organização ampliada do tempo deve ser repensada, “de modo a criar situações e oportunidades para o desenvolvimento das competências no campo lingüístico-argumentativo, competência propositiva, competência decisória e competência auto-inquiridora” (GONÇALVES, 2006, p. 133). Nesse sentido, as eletivas devem atender aos seguintes princípios:

- Abordem temáticas interessantes e significativas para os alunos, sempre na perspectiva de possibilitar o encontro semanal de alunos que, independente da série, demonstram interesses afins, criando, desta forma, “Núcleos de Interesse”;
- Ampliem o repertório sociocultural, estético e práticas esportivas do estudante;
- Possibilitem o aprofundamento da formação acadêmica;
- Oportunizem a vivência e desenvolvimento do protagonismo estudantil;
- Permitam a formação para o mundo do trabalho. (SEDUC, 2016, p. 18).

Considerações finais



É nesse sentido que se fundamenta a proposta pedagógica das escolas em tempo integral no Ceará, levando em consideração os projetos de vida na criação dos processos formativos. Para além da utilização da jornada ampliada no cotidiano escolar, são necessárias diferentes compreensões e transformações profundas do sentido de educação como processo formativo fundamental e de importância enorme na construção humana e cidadã, sendo norteador da construção da própria noção de coletivo social.

Tendo como ponto de partida que os processos devem ser criados com os usuários por meio de escutas e cocriações, será executada uma gestão participativa que pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar - pais, professores, estudantes, funcionários e comunidade do entorno - em todos os aspectos da organização da escola. Esta participação incide diretamente nas mais diferentes etapas da gestão escolar (planejamento, implementação e avaliação) seja no que diz respeito à construção do projeto e processos pedagógicos seja nas questões de natureza burocrática. (SEDUC, 2017, p. 2)

Assim, a proposta seria a estruturação de uma escola de ensino médio que contemple a todos os jovens e seus diferentes projetos de vida. Nessa direção, cada escola constrói seu próprio projeto de tempo integral, a partir de um amplo e franco debate com a comunidade escolar, e de modo especial, com os estudantes.

Nas escolas em tempo integral implementadas no Estado do Ceará, busca-se ampliar o processo educativo tendo em vista novas possibilidades (projetos, oficinas, experiências...) com a participação efetiva da comunidade escolar, bem como permitir aos sujeitos envolvidos na implementação da proposta de tempo integral nas escolares cearenses, a vivência de experiências metodológicas diferenciadas concomitantemente. (SEDUC, 2018).

Essa é uma das principais premissas do ensino médio integral no Estado do Ceará: uma escola construída para (e com) os jovens. O público-alvo é composto por jovens e adolescentes que partem de diversas condições sócio-histórico-culturais em múltiplas dimensões. “Além disso, podemos dizer que a juventude é caracterizada pela transitoriedade e liberdade; uma época marcada pela experimentação, descobertas, erros, acertos, questionamentos e ansiedade” (SEDUC, 2017, p. 8). Daí a necessidade de se repensar o currículo escolar e de ressignificar esse espaço em que habitam diferentes tipos de juventudes, não havendo apenas um jeito de ser jovem hoje no Brasil





ou no Ceará. “O currículo, entendido como elemento que direciona as atividades desenvolvidas na/em torno da escola, deve integrar a Base Comum e conteúdos que se relacionem com a vida do estudante, seu cotidiano, contribuindo para uma formação integral” (SEDUC, 2017, p. 8).

10

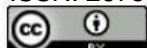
Com a oferta da educação em tempo integral no ensino médio, espera-se melhorar as condições socioeducacionais dos educandos e as condições de trabalho para os professores e para a equipe gestora, dinamizando tempos e espaços pedagógicos com vistas a potencializar o sucesso acadêmico dos alunos; ampliar o repertório cultural e artístico; propiciar vivências de práticas educativas mais significativas; propiciar um maior desenvolvimento do raciocínio crítico e criativo, enfim; contribuir para a formação integral da juventude cearense. (SEDUC, 2016, p. 3).

É importante frisar que, ainda durante o primeiro ano de conversão e integralização da escola em EEMTI, há um devido e controlado monitoramento de seus indicadores de processos e resultados, observando-se os impactos em números importantes como a permanência dos alunos, número crescente de matrículas, redução das taxas de reprovação e evasão, para que se analise a eficácia da organização temporal. Assim, a escola de tempo integral se coloca como possível dispositivo de redimensionamento espaço-temporal e, quem sabe, de transformação dos índices de qualidade do processo de ensino-aprendizagem no Brasil (ZANARDI, 2017).

Referências

CEARÁ. **Lei nº16.287, 20 de julho de 2017**. Institui a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da rede estadual de ensino do Ceará. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/5883-lei-n-16-287-de-20-07-17-d-o-21-07-17>. Acesso em: 27 abr. 2019.

GONÇALVES, Antônio Sérgio. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. **Cadernos Cenpec**, Nova série, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/136>. Acesso em 07 jul 2019.





SEDUC. Secretaria de Educação do Ceará. **Proposta de organização curricular em escolas de Tempo Integral**, 2016. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/09/proposta_organizacao_curricular.pdf. Acesso em: 23 mar. 2019.

SEDUC. Secretaria de Educação do Ceará. **Plano de gestão escolar: Ensino Médio em Tempo Integral na rede estadual do Ceará**, 2017. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/09/plano_gestao_eemti.pdf. Acesso em: 23 mar. 2019.

SEDUC. Secretaria de Educação do Ceará. **Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI)**, 2018. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/escolas-de-ensino-medio-em-tempo-integral-eemti/>. Acesso em 23 mar. 2019.

ZANARDI, Teodoro. Educação integral não é um privilégio e sim um direito! A educação integral na escola em tempo integral. **Revista COCAR**, Belém, v. 11, n. 21, p. 43-65, 2017. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/1280>. Acesso em 07 jul. 2019.

ⁱ **José Eduardo Nobre Maia**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4849-3129>

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Mestrado em Ensino

Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (UERN/UFERSA/IFRN). Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. É professor da educação básica da Prefeitura Municipal de Fortaleza e coordenador SEFOR II - Secretaria da Educação Básica do Ceará.

Contribuição de autoria: Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados e Escrita – Primeira Redação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0113781222545434>

E-mail: eduardonobre78@gmail.com

ⁱⁱ **Jean Mac Cole Tavares Santos**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7800-8350>

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. É professor Adjunto IV do Curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação/UERN. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Ensino - POSENSINO, Mestrado em Ensino, em associação UERN/UFERSA/IFRN.

Contribuição de autoria: Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Supervisão, Validação e Visualização.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4363681764477044>

E-mail: maccolle@hotmail.com





iii **Eveline Nogueira Pinheiro de Oliveira**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9702-0352>

Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Doutorado em Psicologia

Doutoranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestra e Graduada em Psicologia pela UFC. Integrante do Núcleo de Psicologia do Trabalho (NUTRA/UFC).

Contribuição de autoria: Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição, Investigação e Metodologia.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7897146032129672>

E-mail: nogueiraeveline@hotmail.com

Editores responsáveis: Cristine Brandenburg

Como citar este artigo (ABNT):

MAIA, José Eduardo Nobre; SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; OLIVEIRA, Eveline Nogueira Pinheiro de. O tempo integral na política estadual de Educação do Ceará. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3555>

